

PROVÍNCIA DO MOXICO

GRUPO PROVINCIAL DE AVALIAÇÃO DE VULNERABILIDADE

AVALIAÇÃO DA VULNERABILIDADE DA POPULAÇÃO À INSEGURANÇA ALIMENTAR

De Novembro 03 a Abril 04

Membros do grupo:

AAA
APN
CAPDC
CVA
DOM BOSCO
GOAL
JRS
LWF
MAG
MEDAIR
MINADER-GSA
MINARS
MINS
MSF-B
OCHA
OMS
PAM
SCF-USA
UNHCR
UNICEF
VVIF

Luena, Maio 2004

INDICE

Resumo	3
1.Introdução	4
2. Acessibilidade e População	4
2.1 <i>Acessibilidade</i>	4
2.2 <i>Previsão</i>	5
2.3 <i>Estimativas da População</i>	5
3. Produção Alimentar	6
3.1 <i>Análise do desenvolvimento da campanha agrícola 2003/04</i>	6
3.3 <i>Estimativas das reservas alimentares</i>	6
4. Mercados e Preços	7
4.1 <i>Comportamento das cestas básicas alimentares</i>	7
4.2 <i>Diferenças de preços entre regiões</i>	7
5. Situação nutricional e de saúde	8
5.1 <i>Situação nutricional</i>	8
5.2 <i>Situação de saúde</i>	8
5.2 <i>Vacinação</i>	8
5.4 <i>Situação do HIV/SIDA</i>	8
6. Meios de sustento	9
7. Identificação de áreas e grupos populacionais em risco de insegurança alimentar	9
8. Conclusão: Índice integrado de vulnerabilidade	9
9. Recomendações	10
Anexo I	11
Anexo II	12

Resumo

Durante o período em análise, devido a época das chuvas muitas estradas já por si difíceis, agravaram a sua situação, pelo que a circulação rodoviária conheceu muitas dificuldades. Foram interrompidas as ligações terrestres entre a sede provincial e o Leste (Leua, Lumaje Cameia, Luacano e Luau e Kazombo). A ligação em direcção ao Bie fez-se apenas até ao rio Kuiva/ Bie (antes do rio Kuanza). Manteve-se no entanto a ligação da província com o Norte (via Saurimo). Melhorou a comunicação no Município das Bundas para as localidades de Ninda e Chiume, com a construção de 4 pontes pelas FAA, uma das quais sobre o rio Lunguebungo que abre perspectivas de comunicação por terra com os Municípios do Sul (Luchazes e Bundas). No entanto, ainda há um longo caminho a percorrer por haver ainda muitas pontes por construir. As ligações para a Zâmbia diminuíram bastante mas, sem interrupção, sobretudo por parte de comerciantes apesar do mau estado das vias Kazombo-Zâmbia.

O movimento de população (Retornados) cessou praticamente em finais de Dezembro/03 devido as chuvas. Com a estação seca, os dados da UNHCR estimam perto de 65.000 pessoas entre espontâneos e organizados a caminho de Moçico. Recorde-se que até ao fim de Dezembro entraram na província aproximadamente 21,000 retornados

Nos mercados da sede da província (Luena), os preços conheceram subidas acentuadas de Novembro/03 até meados de Janeiro/04 tendo começado a descer a partir de finais do mesmo mês. Isto deveu-se a grande disponibilidade de alimentos provenientes do campo, tais como mandioca, amendoim e folhas diversas e ainda produtos florestais tais como cogumelos e peixe seco da água doce, para além dos mais diversos produtos importados como fuba de milho, açúcar, arroz, sal e feijão. Os mercados das sedes municipais de Camanongue, Alto Zambeze e Luau registaram o mesmo movimento com excepção de Lumbala Nguimbo, onde o mercado ainda continua fraco em termos de alimentos de primeira necessidade, sinal de baixas produções agrícolas, e também devido a difícil comunicação com outros municípios.

Segundo os dados do Subgrupo de saúde, não ocorreu qualquer situação anormal em termos epidémicos; relativamente a situação nutricional, os resultados do monitoramento de rotina, indicam que neste período a situação esteve sobre controlo. Algumas avaliações do MUAC feitos em Ninda e Chiume indicam que a subnutrição global está abaixo de 5%. Nos CNS e CNT os números disponíveis são baixos, sobretudo nos últimos 3 meses.

Em termos de saúde a situação tende a agravar-se com o aumento de doentes com tuberculose pulmonar. No Luena são apoiados 360 doentes, Kazombo 65 e Luau 100. Em termos de HIV/SIDA dados disponíveis indicam 4 casos em 175 pessoas doadoras entre Janeiro e Abril 2,2% dados semelhantes aos do período anterior .

Desenvolvimento da campanha agrícola:

A mandioca constituiu a principal cultura em todas as regiões, mas nas de Camanongue, Leua, Lucusse e Cameia ela é complementada com o milho, feijão macunde e (massango ou massabala). Nas localidades do sul mantém-se a gritante falta de estacas mas, há forte tendência para o aumento da produção em alguns municípios. As quantidades de reservas alimentares provenientes da agricultura são baixas, mas pelo facto de a agricultura não ser uma fonte primária de alimentos, a situação alimentar não foi considerada preocupante.

Principais riscos e vulnerabilidade:

Registram-se melhorias importantes na situação de vulnerabilidade dos grupos populacionais. Não foram identificadas, nas regiões para as quais há informação suficiente, pessoas em insegurança alimentar. Em vulnerabilidade elevada foram identificadas cerca de 72.000 pessoas, maioritariamente constituídas por retornados externos que já se encontram em Angola e a previsão de entrada para este período. Estas pessoas irão necessitar de tempo para estabelecer as bases de sustento e necessitarão neste período da assistência alimentar do PAM.

1. Introdução.

O presente relatório reflecte o resultado da análise de vulnerabilidade realizada na província do Moxico, pelo grupo provincial de análise de vulnerabilidade do qual fazem parte o PAM e seus parceiros do Governo e ONGs, para o período de Novembro de 03 a Abril de 2004. A referida análise foi desenvolvida no momento em que ocorrem os preparativos para a II fase do processo de retorno de angolanos que se encontram na condição de refugiados na República da Zâmbia e na República Democrática do Congo, resultando no aumentando da população em situação de necessidade de apoio alimentar. A análise foi feita também num período em que PAM está a reduzir a per capita na distribuição geral de alimentos para os retornados.

Os dados utilizados para a presente análise são o resultado de discussões e tratamento de dados recolhidos de forma sistemática pelos parceiros em áreas acessíveis não podendo por isso ser inferidos para localidades não classificadas.

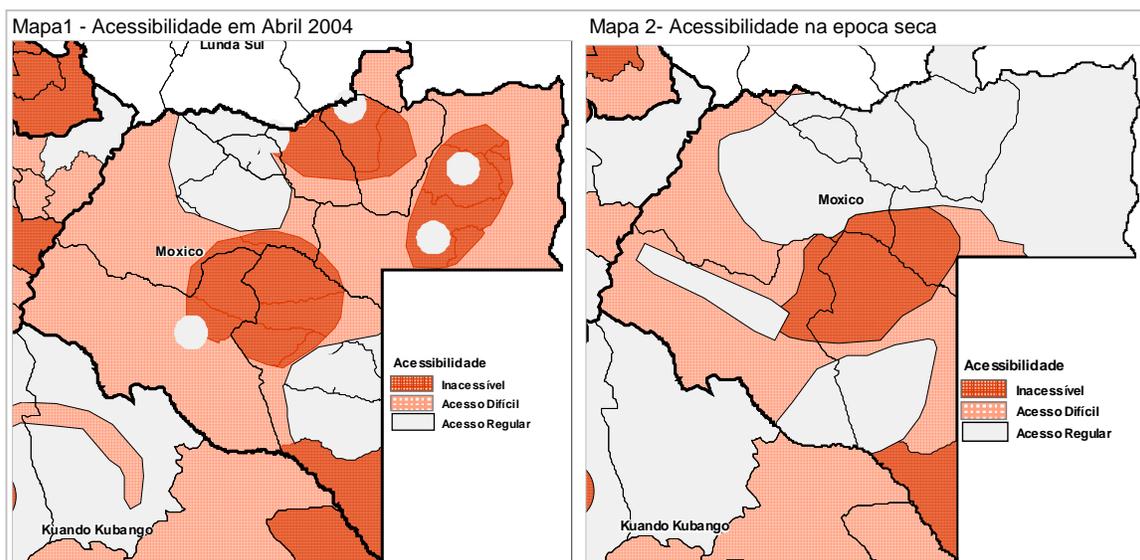
Os resultados destas informações permitem concluir que, a situação de vulnerabilidade registou melhorias pontuais resultado do aumento da acessibilidade, para a população e para a comunidade humanitária, permitindo deste modo a expansão da distribuição de bens, serviços, meios de trabalho e de assistência alimentar aos grupos necessitados, apesar das restrições relativas ao tempo de chuvas.

Objectivos específicos: Os objectivos do exercício de análise de vulnerabilidade para o período de Novembro do ano passado a Abril do presente ano são os seguintes:

- Analisar a circulação de pessoas e bens e o seu impacto sobre as condições de vida da população;
- Avaliar a tendência dos preços e a disponibilidade e acessibilidade aos alimentos básicos nos principais mercados da província;
- Examinar a informação sobre o comportamento das chuvas e seu impacto sobre as colheitas;
- Examinar os dados disponíveis sobre saúde e medições nutricionais das populações;
- Avaliar a capacidade de resposta dos grupos populacionais às situações de crise com base em estratégias alternativas para a geração de rendimentos e mecanismos de sobrevivência;
- Determinar o grau de vulnerabilidade geográfica das diferentes comunas da província e dos diferentes grupos populacionais presentes nas comunas sobre as quais há suficiente informação;
- Alertar para os factores que possam vir a afectar o grau de vulnerabilidade dos grupos populacionais por área geográfica, no período Maio a Outubro de 2004.

2. Acessibilidade e População

2.1 Acessibilidade. Durante o período em análise, a acessibilidade na província foi caracterizada pelo isolamento de várias estradas, principalmente as que conduzem às capitais municipais e a maioria das comunas. Chuvas intensas iniciadas a partir da segunda quinzena de Dezembro, aumentaram o nível de degradação das estradas principais,



isolaram a circulação rodoviária para os municípios de Luacano, Luau e Alto Zambeze, situados no corredor Nordeste da província e tornaram difícil o acesso aos municípios do Leua e Lumeje-Cameia, importantes eixos de comercialização e escoamento de produtos alimentares de origem agrícola e piscícola.

Os municípios situados a Sul da província, Bundas e Luchazes, continuaram isolados e dependentes da via aérea. No entanto, em direcção à Cangamba verificaram-se alguns movimentos rodoviários; são necessários 3 a 5 dias de camião para percorrer cerca de 210 km. No interior do município Bundas, melhorou a circulação para o sul (Ninda e Chiume), mas continuam inacessíveis as localidades de Lutembo e Luvei. Relativamente aos Luchazes, continuam inacessíveis as localidades de Cassamba e Tempue. A recente construção da ponte sobre o rio Lunguebungo que visa ligar Luena a Cangamba e futuramente a Lumbala Nguimbo poderá aproximar a sede provincial das localidades situadas na parte sul.

A ligação directa com Bie tem a circulação apenas até ao rio Kuiva. Em direcção ao Norte, apesar da degradação da via, salvo algumas interrupções, a circulação rodoviária manteve-se, ligando o Luena ao Norte do país.

Dada a situação atrás descrita, a presença de ONG's, em algumas localidades como Luacano, Lago Dilolo, Cameia e Leua foi interrompida, e a assistência alimentar para as localidades de Luau, Lumbala Nguimbo e Alto Zambeze transportada por via aérea.

2.2 Previsão para a estação seca: Segundo as previsões, os acesso poderão melhorar para algumas localidades ilustradas no mapa 2 e que a seguir se descrevem.

i - O município do Luena poderá ligar-se facilmente por terra com os Municípios a Leste e Noroeste (Alto Zambeze, Luau, Luacano, Leua, e Lumeje Cameia), facilitando a deslocação de pessoas e bens e o acesso ao acção humanitária por parte da população.

ii - A Sul, o município do Alto Zambeze continuará a depender da via aérea. Vai melhorar a circulação para os Luchazes sobretudo até Cangamba a contar com os esforços que estão sendo feitos na reabilitação de pontes. As áreas difíceis vão-se limitar a Lutembo e Luvei (Bundas), Cassamba e Tempue (Luchazes) e ainda Lovua e Lumbala Kaquengue (Alto Zambeze).

Riscos: As populações que se encontram nas localidades acima mencionadas, onde não ha sequer a administração do estado nem acesso às ajuda humanitária, correm riscos decorrentes do isolamento ainda que tenham uma base alimentar regular.

2.3 Estimativas da população. Com vista a obtenção de dados numéricos próximos da realidade, para além de termos consultado o Gabinete do plano do Governo provincial, fizemos recurso aos dados das administrações Municipais. Estes, embora não fiáveis, estão mais próximos da realidade e quando comparados com os do INE (Instituto Nacional de Estatística) apresentam uma sobrestimação de 17%. Não foi possível obter dados das Administrações de Camanongue, Leua Cameia e Luacano tendo-se utilizado portanto os dados do GPP. As populações registadas no quadro 1 são assim fruto de consultas as administrações Municipais e GPP.

As populações dos Municípios do Alto Zambeze, Bundas, Luau e Luacano são praticamente todas retornadas mas os números não estão reflectidos na lista de retorno, o que se deve ao facto de não terem passado pelo processo oficial de retorno.

Município	Numero de pessoas	Famílias
Alto Zambeze	78,047	19,512
Lumbala Nguimbo	39,797	9,949
Camanongue	11,997	2,999
Cameia	18,411	4,603
Leua	36,995	9,249
Luacano	55,625	13,906
Luau	39,657	9,914
Luchazes	14,130	3,533
Moxico	238,167	59,542
Total Geral	532,826	133,207

Fonte: Governo provincial

Jun03-Apr04	
Município	No/pessoas
Alto Zambeze	38,289
Lumbaba Nguimbo	9,528
Lumeje Cameia	548
Camanongue	580
Luau	22,443
Leua	693
Luena	4,473
Luacano	400
Luchazes	885
TOTAL	76,954

Segundo INE, até 2004 a população do Moxico deverá ser de cerca de 457.000 pessoas. Os dados em nossa posse, ultrapassam esta cifra em 17%. Isto dever-se-a provavelmente a entrada dos deslocados que muitos deles afirmam ter deixado Angola antes da independência e outros (de Bundas e Macondo) em 1985.

2.4 Movimento de Retorno. A tabela 2 refere o movimento de retorno de Angolanos que estavam em campos de refugiados na Zâmbia e na Republica Democrática do Congo, monitorado pelo UNHCR, iniciado em Julho de 2003. A partir destes países o retorno processou-se de duas formas:

I - O *retorno organizado*, iniciado em 20 de Julho de 2003 com apoio de agencias das Nações Unidas, nomeadamente do PAM, UNHCR e OMI e ONGs como a LWF, Salesianos do Dom Bosco e Medair.

II - O *retorno espontâneo*, iniciado praticamente em finais de 2002. O

movimento espontâneo inclui aqueles que não tendo estado em campos de refugiados, regressam à Angola mas, sem qualquer apoio alimentar, por força de acordos entre o PAM e UNHCR. Estão afectados por esta medida quase 95% das famílias que vivem em Macondo, Calunda (Alto Zambeze), Ninda, Chiume, Mussuma (Bundas) e outros

espalhados pelas vastas áreas do Alto Zambeze, Bundas, Luacano e Luchazes. Para a fase II estima-se a entrada de 65.000 pessoas aproximadamente, entre espontâneos e organizados, após a pausa verificada entre Dezembro e Março. Há informações de que muitas famílias já reiniciaram o regresso de forma espontânea.

3. Produção Alimentar

3.1 Desenvolvimento da campanha agrícola. A campanha agrícola iniciou com a distribuição de sementes e instrumentos para 37.000 famílias. Embora os doadores tivessem disponibilizado inputs atempadamente, problemas de transporte para as longínquas localidades, fez com que as sementes chegassem tarde. Isto verificou-se sobretudo no Alto Zambeze. De referir que as localidades de Luchazes, Luau, Cazombo e Bundas não dispõem de camiões (aluguer/ privados) estando estes dependentes dos escassos meios que a OIM/UNHCR dispõem o que dificultou a distribuição dos apoios para a campanha agrícola.

Tabela 3- Estimativas de produção

Município	Nº famílias	Milho		Massambala		Feijão		Amendoim		Mandioca	
		Area (ha)	Produção total (TM)	Area (ha)	Produção total (TM)	Area (ha)	Produção total (TM)	Area (ha)	Produção total (TM)	Area (ha)	Produção total (TM)
Alto Zambeze	9,000	3,150	1,260	180	54	900	360	450	180		
Lumbala Nguimbo	3,000	1,050	315	60	18	300	120	150	60		
Camanongue	4,041	1,616	647	81	24	808	323	808	323	2,021	12,123
Leua	6,000	2,400	960	120	36	600	240	900	360	3,000	18,000
Luacano	4,309	1,508	452	86	26	431	172	215	86		0
Luau	12,294	4,303	1,549	246	74	1,229	492	615	246		0
Luchazes	2,794	978	293	56	17	279	112	140	56		0
Lumeje Cameia	5,506	1,927	578	110	33	551	220	275	110	2,753	16,518
Moxico	15,071	5,275	1,582	301	90	1,507	603	2,261	904	3,768	22,607
	62,015	22,207	7,637	1,240	372	6,606	2,642	5,814	2,326	11,541	69,248

Fonte: MINADER

Com excepção do Município sede e outros adjacentes, 90% da população dependeu das doações para terem acesso aos alimentos por serem quase todos retornados e não terem cultivado na campanha anterior. As sementes tiveram algumas dificuldades na germinação pois, no início houve uma quebra nas chuvas de 8 dias mas as culturas não afectadas continuaram o seu ciclo normal, pois choveu bem, no parecer de muitas famílias, durante o resto do ano agrícola. No Chiume e Ninda (Bundas) o feijão e o milho produziram mal porque a terra era virgem o milho e o feijão germinaram sem vigor o que levou a perda das colheitas.

A quantidade de áreas cultivadas pelas famílias foram muito diferentes nas diversas localidades e foram determinadas pelos tipos de culturas e pelas capacidades de produção dos agregados. Entretanto, segundo as estimativas fornecidas pelo MINADER, cada família cultivou entre de 0.4 a 0,30 ha de milho e a produção foi calculada entre 300 a 500 Kg/ha. O feijão foi feito numa área aproximada de 0.1 ha e a produtividade da terra calculada entre 200 a 400 Kg /ha. Nas localidades de Leua, Moxico e Kamanongue, a produção de mandioca será nesta altura de 3.000 Kgr em cada 0,5 ha cultivado. O NINADER não possui dados fiáveis das produções da mandioca, mas informações qualitativas indicam para o aumento das áreas e das quantidades produzidas anualmente, nos municípios onde esta cultura é produzida com alguma intensidade

É ponto assente que as localidades que cultivam mandioca atingem a estabilidade muito mais cedo que as dependentes dos cereais; é o caso dos Municípios de Camanongue, Leua, Lumege, e Moxico cujos produtos agrícolas aparecem no mercado. E pode-se dizer que o próximo ano será bastante bom para essas localidades.

3.2 Reservas alimentares. Em média cada família produziu 90 Kg de milho, 30 Kg de feijão e 75 Kg de amendoim. A tabela 3 mostra que na realizada os agregados ano irão constituir reservas de milho e feijão. O amendoim, se fosse exclusivamente cultivado para o consumo, os agregados teriam reservas suficientes até a próxima colheita, Isso na verdade não acontece, porque esta cultura é basicamente uma importante fonte de renda, e a colheita iniciou praticamente no mês de Fevereiro.

Nos municípios onde a população está mais estabelecida, como os do Leua, Camanongue, Moxico e Luau, a maioria dos agregados terá reservas em mandioca suficientes para suprir as necessidades alimentares até o final da próxima campanha agrícola.

Nos municípios de Lumeje, Cameia e Luchases a produção agrícola tem pouco peso na balança alimentar e económica dos agregados que assentam na exploração de recursos naturais como a pesca e mel. Estas actividades são na verdade sazonais, os rendimentos obtidos garantem um bom acesso aos mercados, principal fonte de alimentos.

Tabela 4- Reservas alimentares (meses)

Município	Numero de famílias	Cereias	Feijão	Amendoim	Mandioca
Alto Zambeze	9,000	3	4	3	0
Bundas	3,000	2	4	3	0
Camanongue	4,041	3	9	13	20
Leua	6,000	3	4	10	20
Luacano	4,309	2	4	3	0
Luau	12,294	3	4	3	0
Luchazes	2,794	2	4	3	0
Lumaje Cameia	5,506	2	4	3	20
Moxico	15,071	2	4	10	10

Fonte: MINADER

Riscos. Em termos de produção agrícolas, foram identificados como riscos a que os agregados podem incorrer, os seguintes:

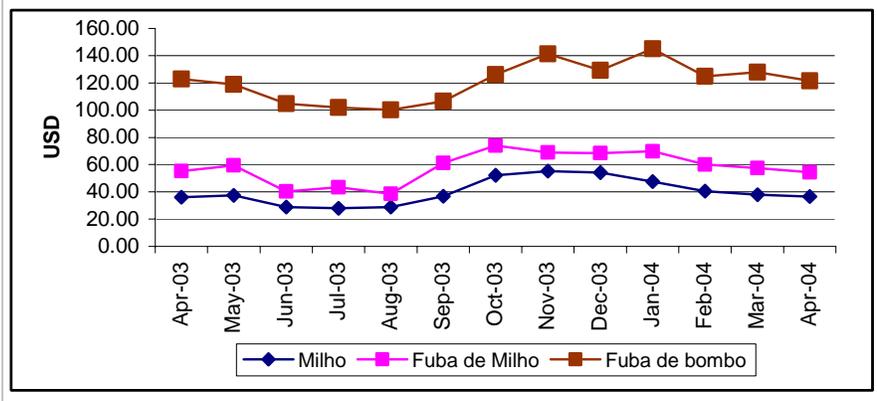
- Retorno de população desfasada em relação ao início da campanha agrícola. Os retornados que chegam depois do início da campanha agrícola tiveram poucas possibilidades de iniciarem a produção própria o que os coloca numa situação de dependência às ajudas externas.
- Isolamento de localidades aliada à falta de transporte
- Pouca disponibilidade de estacas de mandioca e dificuldades de transporte para volumes tão grandes como são as estacas

4. Mercados e preços.

4.1 *Comportamento das cestas básicas alimentares*. Os preços dos produtos alimentares básicos representados no gráfico 1 foram recolhidos no mercado do Luena e não reflectem por isso a variação dos preços em outros mercados municipais. A cesta a base do milho foi a mais baixa e a que menos variações de preços apresentou. Porém a cesta com fuba de milho é a que ganha maior importância na Luena pois as famílias preferem consumir fuba de milho que está sensivelmente ao mesmo preço que o milho e este geralmente é utilizado para outros fins, nomeadamente para o fabrico de bebidas. De uma forma geral as cestas subiram ligeiramente de Novembro até Janeiro tendo baixado a partir de Fevereiro. De referir que neste período havia menos variação em termos de oferta no mercado e, a partir de Fevereiro já havia produtos frescos provenientes do campo proporcionando aos agregados maior escolha de produtos para variação da dieta alimentar.

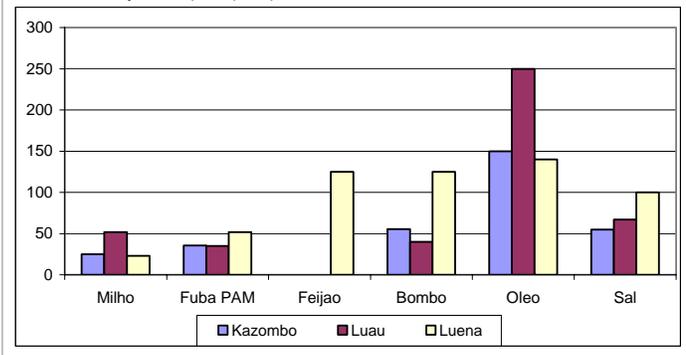
Até ao fim de Abril, uma medida de margarina de fuba importada, estava ao preço de 50.00 Kz e a de fuba local custava 25.00 Kz enquanto que a mesma medida de Bombo estava também a 50.00 Kzs. A população mais vulnerável teve a possibilidade de adquirir a fuba local, sendo a mais barata e adquiria bolas de bombo em vez de comprar fuba já preparada. Estas bolas são vendidas a preços mais baixos, 3 bolas custam 50.00 kz e pesam cerca de 900 gr. No mercado é ainda comercializado a preços mais baixos um subproduto resultante do processamento da fuba de bombo o *imbuanda*. O alimento proteico mais utilizado é o peixe fluvial local a preços relativamente baixo.

Gráfico 1- Comportamento das cestas alimentares - Luena



4.1 *Diferença de preços entre municípios*. Os preços representados no gráfico 2 foram extraídos nos dois principais mercados no mês de Março/04 e reflectem a diferença de preços entre Luena e os dois mercados que fazem fronteira com o Congo, o do Luau e com a Zambia, o mercado de Cazombo. Estes são os únicos que na prática possuem bens alimentares e não alimentares em quantidade e variedade com certa regularidade. Os mercados de Camanongue e de Lumbala Nguimbo nem sempre apresentam produtos de primeira necessidade. Os preços do milho e do óleo no Luau reflectem claramente a irregularidade com que estes bens estão disponíveis a partir do país vizinho, enquanto que a fuba de bombo proveniente da produção interna e do mercado do Congo apresenta maior disponibilidade. O feijão é o produto menos disponível em todos os mercados indicando os baixos níveis de consumo.

Gráfico 2 - Preços nos principais produtos



Riscos: Os riscos de mercado estão estritamente ligados aos riscos dos acessos que determinam as possibilidades de transporte de mercadorias e os riscos de produção que determinam o volume dos produtos de base. A falta de mercados em quase todas as comunas pode dificultar as trocas e permutas sobretudo a aquisição de sementes e outros bens de primeira necessidade. Aliado aos mercados está a ausência de transportadores obrigando as comunidades a deslocarem-se a pé por períodos até 4 dias ao encontro dos mercados.

5. Situação nutricional e de saúde

5.1 Situação nutricional. Por não se ter havido nenhum alarme em questões nutricionais, não foram realizados inquéritos que permitam avaliar a situação nutricional das populações. Os centros de saúde limitaram-se a realizar medições de rotina durante as consultas, não se tendo verificado quaisquer anomalias. A confirmar, as entradas nos CNI e CNS de Luena (Sede provincial), foram bastante baixas ao contrário do Luau onde, em Dezembro, atingiu 140 crianças baixando sucessivamente para 68 em Março. Estes dados parecem estar relacionados com a entrada de famílias retornadas provenientes de Congo e Zâmbia. As avaliações de muac feitas em Ninda e Chiume revelam uma desnutrição global inferior a 5%.

Os números de admissões no Centro Nutricional Terapêutico do Luena, foram também utilizadas como indicadores da situação nutricional. Segundo os dados do CNS e CNI Luena, os níveis de atendimento estão abaixo de 10 entradas por semana o que é bom indicativo para essa localidade, onde os meses Janeiro a Abril têm sido preocupantes. Entretanto os relatórios de ONGs que trabalham no sector da saúde reflectem que a situação de malnutrição está mais relacionada com a ocorrência de doenças e não com a falta de alimentos.

5.2 Situação de Saúde. Durante o período em análise os dados disponíveis indicam um certo esforço por parte do Governo e parceiros em prover as sedes Municipais com os serviços de saúde. Por outro lado as sedes comunais estão melhorando os seus serviços exceptuando-se o Alto Zambeze onde permanecem críticas as condições de Caianda, Calunda, Lovua, L. Kaquengue, Macondo e ainda o município de Luchazes onde igualmente as restantes 4 comunas não têm serviços de saúde ou têm funcionamento deficiente. De referir que as localidades estão dispersas de tal forma que os doentes precisam de percorrer acima de 75 Km para encontrar um centro de saúde nos municípios em referencia, com a agravante de não haver transporte. Um doente em Macondo teria que percorrer 150 Km para encontrar tratamento aceitável na sede Municipal de Cazombo, caminhando cerca de 3 dias (passando 2 noites na floresta correndo outros riscos). Em Cazombo há pelo menos cerca de 75 casos de TB, segundo informações de MSF. Não há confirmação da ocorrência da tripanosomiase, no entanto foi notificada a presença da mosca Tze-Tze no Alto Zambeze (Calunda e Macondo).

Embora as ONGs estejam a trabalhar no sector de águas, ainda há um caminho longo a percorrer pois, a maioria da população continua a retirar água dos rios ou dos poços abertos ao lado dos charcos sem qualquer protecção, o que coloca a população de todas as localidades em alto risco como seja; aumentam os níveis de prevalência de doenças endémicas e os de vulnerabilidade. O saneamento básico em algumas localidades está a melhorar com a presença de activistas (voluntários locais) que realizam actividades de sensibilização.

5.4 Vacinação: Os serviços de vacinação estão sob controlo, segundo dados da OMS e UNICEF. As vacinações de rotina continuam e em algumas localidades o pessoal de saúde tem feito verificações sempre que necessário. As campanhas mais abrangentes dependem da programação nacional.

5.5 HIV/SIDA: Informações sobre os níveis de infecção do HIV são muito difíceis de obter tendo em conta que o hospital central do Luena só faz o controlo de HIV em caso de transfusão sanguínea e os meios ou material de análise são escassos. Dados não confirmados avaliam 4 casos de HIV positivos em 175 dadores de sangue.

Riscos: A população do Moxico está muito exposta aos riscos de saúde que continuarão a contribuir para a redução da capacidade produtiva dos agregados e o aumento da sua vulnerabilidade. Os principais riscos a que esta população pode incorrer são:

- Poucos investimentos no sector de saúde no que respeita ao melhoramento da rede sanitária em estruturas e qualidade dos serviços prestados.
- Isolamento de comunidades em relação aos postos de saúde, agravado pela falta de transportes e pela situação dos acessos na época das chuvas.
- Provável entrada de retornados vindos de países como a Zâmbia, país com elevados índices de infecção pelo HIV, agravada pelos baixos conhecimentos dos modos de transmissão do HIV e a adopção de comportamentos sexuais de risco nos jovens.

6. Meios de sustento.

Durante o período as principais fontes de alimentos foram sobretudo os produtos agrícolas, os alimentos fornecidos pelo PAM sobretudo nas áreas de entrada dos retornados e, finalmente, os recursos florestais; (cogumelo, frutas diversas, carne de caça e peixe fluvial)

As fontes de rendimento são múltiplas mas, em toda a província do Moxico as comunidades vivem da floresta, tal como se ilustra na tabela 5, tanto para satisfazer as suas necessidades alimentares, como para vender e assim obter dinheiro para a aquisição de alimentos e outros bens.

Em quase todas as localidades, na época seca os agregados realizaram mais actividades relacionadas com a transformação de produtos como o fabrico e venda de bebidas caseiras, actividade que assume grande importância nos meses de Agosto a Outubro em que há o aumento da exploração do mel. O carvão é produzido durante todo o ano nas localidades com acesso aos pontos de venda, mas as quantidades aumentam na época seca, e proporcionalmente regista-se uma redução dos preços. Os rendimentos obtidos da venda destes produtos podem ser suficientes para o sustento diário do agregado, dependendo do volume das vendas. A distribuição geográfica das actividades mostra que a agricultura como uma das fontes de renda, é referida apenas em 33% dos municípios, o que confirma que esta não constitui de facto a principal base alimentar e que não deve ser considerada de forma uniforme na medição dos factores de vulnerabilidade.

Tabela 5- Importancia das fontes de

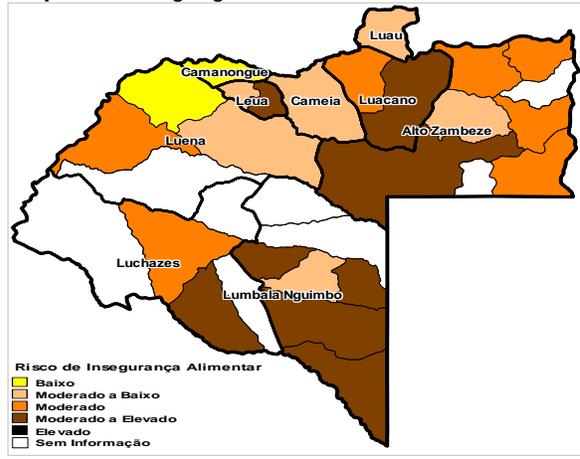
Municípios	Fontes de rendimento mais		
Luena, Ceua,	Agricultur	Mercado	Carvão
Cazombo, Nguimbo	Mel	Caça	Pesca
Luchaze	Mel	Caça	
Luacano, Cameia Dilolo	Pesca	Caça	

7. Áreas e grupos populacionais em risco de insegurança alimentar.

Com base na análise efectuada dos factores que concorrem para a insegurança alimentar dos agregados e tratados nesta avaliação, apresenta-se no mapa 3, as áreas geográficas para as quais há informação e os respectivos graus de risco à insegurança alimentar. O numero de localidades para as quais há informação foi apenas de 23 menos, três relativamente ao período anterior devido a degradação das vias de acesso e dificuldades de comunicação. Essas localidades são: Luvei e Lutembo (Bundas), Lutuai/ Muangai (Moxico), Tempue, Cassamba e Muie (Luchazes), e Lovua (Alto Zambeze).

Grau de risco Moderado a Elevado (ME) No período em análise registou-se uma degradação da situação de segurança alimentar na província: As comunas de Lovua e de Lutembo ficaram sem classificação e a de Cangumbe passou para Moderado. O Lumbala Nguimbo melhorou passando de Moderado para MB, enquanto as de Macondo e Cavungo passaram de Moderado a Baixo para Moderado devido a degradação das condições.

Mapa 3: Risco geográfico



8. Conclusão: Índice integrado de vulnerabilidade.

O índice integrado de vulnerabilidade em anexo I permite tirar conclusões sobre os grupos e numero de pessoas em situação de insegurança alimentar ou de vulnerabilidade elevada e sua localização geográfica e permite ainda a análise comparativa da vulnerabilidade dos grupos entre diferentes localidades na província e dentro da mesma área geográfica.

Grau de vulnerabilidade	Grupos populacionais				Total
	IDP	RET	REA	RES	
Insegurança aliementar	0	0	0	0	0
Vulnerabilidade elevada	0	70,200	0	8,250	78,450
Vulnerabilidade moderada	0	15,300	0	17,000	32,300
Potencialmente vulneraveis	0	2,060	0	1,420	3,480
Total					114,230

Tabela 6 apresenta o resumo do índice integrado e dá indicação do numero de pessoas nos grupos populacionais e o seu respectivo grau de vulnerabilidade.

A redução dos números de pessoas nos diferentes níveis de vulnerabilidade em relação aos do exercício anterior confirmam melhorias na situação alimentar dos agregados resultado principalmente do aumento das oportunidades de exploração dos recursos naturais e da produção da mandioca em alguns municípios.

Continuam a existir entretanto pessoas ainda não suficientemente estabilizadas para as quais a ajuda alimentar do PAM é necessária. Referi-mos aos cerca de 78.000 retornados externos que certamente necessitam de tempo para o seu estabelecimento e enquadramento nas actividades produtivas. O tempo de assistência à estes grupos depende entretanto nos tipos de meios de sustento disponíveis e ou existentes.

Em Vulnerabilidade Moderada foram identificadas cerca de 32,000 pessoas distribuídas entre retornados e residentes. A assistência alimentar a estes grupos deverá ser utilizada, em projectos de comida pelo trabalho para o estabelecimento de estruturas de apoio à produção ou para melhorar as vias de acesso.

9. Recomendações

Com base nas conclusões sobre os grupos mais vulneráveis e a sua localização, foi possível tecer algumas recomendações, para os membros da Comunidade Humanitária e Instituições do Governo. Assim o presente VA recomenda:

- ✓ O MINADER e as ONGs com projectos no sector agrícola deverão melhorar o sistema de monitoria da campanha agrícola de modo a fornecer dados mais fiáveis sobre os resultados da campanha agrícola e do impacto das ajudas prestadas às famílias.
- ✓ Confirmar a existência da mosca Tze-Tze na região do Alto Zambeze, e avaliar o grau de risco para a saúde humana e animal.
- ✓ A comunidade humanitária e as instituições do governo deverão prestar atenção ao melhoramento das vias e suprir o grave problema da ausência de meios de transporte públicos e de mercadorias entre Municípios e Comunas facilitando ao mesmo tempo o aumento das trocas comerciais.
- ✓ As ONGs que trabalham no sector de desminagem deverão continuar a fornecer aos parceiros de forma regular, informações sobre o processo de desminagem em curso e mapear as áreas desminadas e em risco, assim com a sinalização dos campos de risco.
- ✓ A Direcção Provincial do MINSA deverá prosseguir os seus esforços para assegurar a presença de pessoal técnico (enfermeiros) nos municípios e comunais através de incentivos materiais sempre que possível.
- ✓ Criar laboratório de pesquisa de HIV/SIDA sobretudo para pacientes com TB para melhor compreensão do seu estado de saúde e a aplicação de tratamento adequado.
- ✓ Continuar com a sensibilização contra o perigo de minas e HIV/SIDA dirigida sobretudo para os retornados externos
- ✓ O PAM deverá realizar avaliações rápidas de necessidades alimentares RFNA nas áreas de maior concentração de Retornados Externos com vista a determinar continuidade ou cessação das ajudas alimentares.
- ✓ O PAM deverá incentivar a implementação de projectos de comida pelo trabalho nas áreas de intervenção com grupos de vulnerabilidade elevada e moderada onde se regista o retorno da população para reconstrução ou construção de infra-estruturas sociais, escolas e postos de saúde e de infra-estruturas agrícolas.
- ✓ Áreas sem informação: No presente VA foram ainda consideradas 6 áreas sem informação tais como Lovua, Lutuai, Lumbala Kaquengue (novas áreas acessíveis), Luvei, Lutembo, Tempue, Cassamba e Muie (Áreas dificilmente acessíveis). O VA recomenda para essas áreas melhor engajamento no sentido de ser possível a assistência destas comunidades ou pelo menos que haja maior informação e dados sobre a situação humanitária destas localidades.

Anexo I: Risco geográfico

Áreas Geográficas		Acessibilidade	Agricultura	Mercados	Saúde, Nutrição e Saneamento	Mecanismos de sobrevivência	Grau de risco
Município	Comuna						
A.Zambeze	Cazombo	+	-	+	±	±	MB
	Caianda	±	-	±	--	±	M
	Calunda	+	-	±	--	±	M
	Lovua	--	-	?	?	±	?
	L. Caquengue	-	-	--	--	-	E
	Macondo	+	-	-	--	+	M
	Cavungo	-	-	±	±	+	M
Camanongue	Camanongue	+	±	+	±	+	B
Cameia	Cameia	--	±	+	±	+	MB
Leua	Leua	-	±	+	±	±	MB
	Liangongo	-	-	±	-	-	ME
Luacano	Luacano	--	-	+	±	±	M
	Lago Dilolo	--	-	-	±	±	ME
Luau	Luau	+	-	+	±	±	MB
Luchazes	Cagamba	±	-	-	±	+	M
	Tempue	-	?	?	--	?	?
	Cassamba	-	?	?	--	?	?
	Muie	-	?	?	--	?	?
	Cangombe	±	-	-	--	-	ME
Moxico	Luena	+	±	+	±	+	B
	Cangumbe	±	-	-	±	-	M
	Lucusse	±	±	±	±	+	MB
	Lutuai	?	?	?	?	?	?
Bundas	L.Nguimbo	+	±	±	±	±	MB
	Chiume	+	-	--	--	-	ME
	Lutembo	--	-	?	?	--	?
	Mussuma	±	-	-	--	-	ME
	Ninda	+	-	-	--	-	ME
	Cessa	-	-	-	--	-	ME
	Luvuei	--	-	?	?	±	?

Anexo I: Tabela do Índice integrado de Vulnerabilidade

Risco	Áreas Geográficas		Grupos populacionais															TOTAL			
	Muni.	Localid.	I					Sub-total	II					Sub-total	III					Sub-total	
			IDP	RET	REA	RES	IDP		RET	REA	RES	IDP	RET		REA	RES					
ME	A.Zambeze	L.Caquengue					0						0					0	0		
	Leua	Liangongo					0						0					0	0		
	Luchazes	Cangombe					0						0					0	0		
	Luacano	Lago Dilolo					0						0					0	0		
	L Nguimbo	Chiume					0					2,000	2,000					0	2,000		
	L Nguimbo	Mussuma					0					3,000	3,000					0	3,000		
	L Nguimbo	Ninda					0					1,250	1,250					0	1,250		
	L Nguimbo	Cessa					0					1,500	1,500					0	1,500		
				0	0	0	0		0	0	7,750	7,750		0	0	0	0	7,750			
M	A. Zambeze	Caianda					0						0					1,000	1,000	1,000	
	A. Zambeze	Calunda					0						0					1,000	1,000	1,000	
	A. Zambeze	Macondo		2,400			2,400						0					1,000	1,000	3,400	
	A. Zambeze	Cavungo					0						0					1,000	1,000	1,000	
	Luacano	Luacano					0						0		5,000				5,000	5,000	
	Luchazes	Cangamba		1,500			1,500						0					6,000	6,000	7,500	
	Moxico	Cangumbe					0		300				300					5,500	5,500	5,800	
			3,900	0	0	3,900		300	0	0	300		5,000	0	15,500	20,500	24,700				
MB	A.Zambenze	Cazombo		30,000			30,000		3,000			3,000					370	370	33,370		
	Cameia	Cameia					0					0						0	0		
	Leua	Leua					0		700			700					300	300	1,000		
	Luau	Luau		19,000		500	19,500					0		1,500				1,500	21,000		
	Moxico	Lucusse					0					0						0	0		
	Bundas	L. Nguimbo		13,000			13,000		6,000			6,000						0	19,000		
				62,000	0	500	62,500		9,700	0	0	9,700		1,500	0	670	2,170	74,370			
B	Camanongue	Camanongue					0		600			600						0	600		
	Moxico	Luena		4,000			4,000				1,500	1,500		560		750		1,310	6,810		
			4,000	0	0	4,000		600	0	1,500	2,100		560	0	750	1,310	7,410				
TOTAL GERAL			0	69,900	0	500	70,400	0	10,600	0	9,250	19,850	0	7,060	0	16,920	23,980	114,230			